



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC -
Sicredi Aliança RS/SC
(anteriormente denominada Cooperativa de
Crédito, Poupança e Investimento Aliança
RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC)**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY

Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar --Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
Marau / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



EY

Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Aliança RS/SC, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer ao exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: atuamos em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos, além de diversas ações sociais, das quais destacamos: momentos de educação cooperativa por meio do BOAS - VINDAS e formações do PROGRAMA CRESCER; encontros do PROGRAMA COOPERAÇÃO NA PONTA DO LÁPIS promovendo educação financeira na nossa área de atuação; ações no DIA C em prol da comunidade, assessoria do PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA para os educadores em momentos novos de aulas online, capacitação para os nossos delegados, suplentes e conselheiros, os quais participaram de um CURSO DE COORDENADORES DE NÚCLEO promovido pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP) e destinações do FUNDO SOCIAL que beneficiaram prioritariamente entidades da saúde atendendo demandas de prevenção e combate ao Covid – 19.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Inauguração da Agência São José Barreiros em SC; Inauguração da Agência Florianópolis Campeche em SC; Inauguração da Agência Paulo Lopes em SC e reinauguração da Agência de Biguaçu em SC. Dando sequência ao processo de transformação digital iniciamos a Implantação do novo sistema de caixa e da nova plataforma de pessoa física, realização da campanha de captação, Promoção Invista e Coopere com a Sorte. Ainda, melhoria e automações de processos para ganho de escala e agilidade no atendimento aos associados.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
			PASSIVO	31/12/2020		
ATIVO			PASSIVO		1.400.541	820.827
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	4.537	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.029.222	591.625
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.547.061	Depósitos à vista		284.780	141.367
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	35.881	Depósitos interfinanceiros		47.400	5.879
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	343.216	Depósitos a prazo		697.042	444.379
Centralização financeira	(Nota 04)	183.223	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		308.126	183.233
Relações interfinanceiras ativas		261	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	300.886	178.840
Operações de crédito	(Nota 07)	942.260	Obrigações por repasses	(Nota 14)	2.253	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	42.220	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	4.987	4.393
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(26.135)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	440	472
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	3.738	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	62.753	45.497
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	18.460				
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	45.145	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	196.127	167.489
INTANGÍVEL	(Nota 11)	3.862	CAPITAL SOCIAL		61.086	56.741
		4.198	RESERVAS DE SOBRAS		127.543	103.996
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.498	6.752
TOTAL DO ATIVO	1.596.668	988.316	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.596.668	988.316

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	53.080	104.417	89.966
Operações de crédito	(Nota 07)	48.959	95.603
Resultado títulos e valores mobiliários		4.104	8.750
Resultado das aplicações compulsórias		17	64
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(17.277)	(38.762)	(36.348)
Operações de captação no mercado		(6.668)	(14.376)
Operações de empréstimos e repasses		(5.582)	(10.057)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(5.027)	(14.329)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	35.803	65.655	53.618
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.674)	(26.233)	(18.655)
Ingressos e receitas de prestação de serviços		19.011	35.408
Rendas de tarifas bancárias		4.460	8.509
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 21)	(16.777)	(32.022)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 22)	(15.648)	(29.540)
Dispêndios e despesas tributárias		(308)	(798)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 23)	5.574	9.810
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 24)	(9.986)	(17.600)
RESULTADO OPERACIONAL	22.129	39.422	34.963
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	53	85	85
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	22.182	39.507	35.048
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(304)	(1.926)	(2.098)
Provisão para Imposto de Renda		(162)	(1.168)
Provisão para Contribuição Social		(142)	(758)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.420)	(4.203)	(3.376)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.458	33.378	29.574

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
 CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	52.126	84.505	-	5.037	141.668
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.630	-	-	(3.255)	(1.625)
Destinações para reservas	-	-	1.646	(1.646)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(100)	(100)
Outras destinações	-	-	-	(36)	(36)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.689	-	-	-	2.689
Baixas de capital	(2.301)	-	-	-	(2.301)
Resultado do período	-	-	-	29.574	29.574
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.298)	(1.298)
Juros sobre o capital próprio	2.597	-	-	(2.640)	(43)
Reserva legal - Estatutária	-	16.879	-	(16.879)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	966	-	(966)	-
Fundo Social	-	-	-	(260)	(260)
Devolução SFG	-	-	-	(779)	(779)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	56.741	102.350	1.646	6.752	167.489
Mutações do Período	4.615	17.845	1.646	1.715	25.821
Saldos no início do período em 01/01/2020	56.741	102.350	1.646	6.752	167.489
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.233	-	-	(4.452)	(2.219)
Destinações para reservas	-	-	2.250	(2.250)	-
Outras destinações	-	-	-	(50)	(50)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.368	-	-	-	3.368
Baixas de capital	(2.809)	-	-	-	(2.809)
Transferência entre reservas	-	3.896	(3.896)	-	-
Resultado do período	-	-	-	33.378	33.378
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Juros sobre o capital próprio	1.553	-	-	(1.584)	(31)
Reserva legal - Estatutária	-	19.494	-	(19.494)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.803	-	(1.803)	-
Devolução SFG	-	-	-	(900)	(900)
Fundo Social	-	-	-	(600)	(600)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	61.086	127.543	-	7.498	196.127
Mutações do Período	4.345	25.193	(1.646)	746	28.638
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	59.390	102.350	3.896	13.920	179.556
Capital de associados					
Aumento de capital	2.005	-	-	-	2.005
Baixas de capital	(1.862)	-	-	-	(1.862)
Transferência entre reservas	-	3.896	(3.896)	-	-
Resultado do período	-	-	-	19.458	19.458
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Juros sobre o capital próprio	1.553	-	-	(1.584)	(31)
Reserva legal - Estatutária	-	19.494	-	(19.494)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.803	-	(1.803)	-
Devolução SFG	-	-	-	(900)	(900)
Fundo Social	-	-	-	(600)	(600)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	61.086	127.543	-	7.498	196.127
Mutações do Período	1.696	25.193	(3.896)	(6.422)	16.571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	19.860	41.949	34.295
Resultado do semestre/exercício	19.458	33.378	29.574
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	402	8.571	4.721
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(97)	6.497	3.086
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	-	-	(98)
Depreciação e amortização	1.918	3.513	2.899
Baixas do ativo permanente	92	92	60
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(12)	(32)	72
Destinações ao FATES	(1.499)	(1.499)	(1.298)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	65.200	89.476	(181.957)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	32.403	44.865	(29.309)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(43.443)	(164.776)	(123.588)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.956	1.607	(1.694)
(Aumento) em operações de crédito	(293.639)	(358.751)	(169.710)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	112.667	122.046	45.390
(Aumento) em outros ativos financeiros	(13.699)	(13.869)	(9.986)
Redução em outros ativos	943	654	626
Aumento em depósitos	239.822	437.597	92.870
Aumento em passivos financeiros	1.347	595	805
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	119	2.253	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(343)	(920)	(821)
Aumento em outros passivos	20.067	18.175	13.460
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	85.060	131.425	(147.662)
Aquisição de investimentos	(1.765)	(3.232)	(1.469)
Aquisição de imobilizado de uso	(12.815)	(20.334)	(17.243)
Aplicações no intangível	(567)	(989)	(581)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(15.147)	(24.555)	(19.293)
Integralização de capital	2.005	3.368	2.689
Baixa de capital	(1.862)	(2.809)	(2.301)
Juros ao capital próprio	(31)	(31)	(43)
Distribuição de Sobras	-	(2.269)	(1.761)
Fundo Social	(600)	(600)	(260)
Devolução SFG	(900)	(900)	(779)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.388)	(3.241)	(2.455)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	68.525	103.629	(169.410)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	119.235	84.131	253.541
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	187.760	187.760	84.131

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	19.458	33.378	29.574
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	19.458	33.378	29.574

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC) ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 31/08/1981 e sede situada na Avenida Júlio Borella, 948 - 2º Andar, na cidade de Marau - Rio Grande do Sul . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 32 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4.537	12.351
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	183.223	71.780
Total	187.760	84.131

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020				31/12/2019 Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Cooperativas	10.358	8.020	-	18.378	56.533	
DI entre Banco e Cooperativa	146	2.516	14.841	17.503	24.213	
Total	10.504	10.536	14.841	35.881	80.746	
Total circulante				21.040	41.991	
Total não circulante				14.841	38.755	

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 108% do CDI.

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Cotas de fundos de renda fixa	74.291		-	74.291	62.307	
Cotas de fundos multimercado	268.925		-	268.925	116.133	
Total	343.216		-	343.216	178.440	
Total circulante				343.216	178.440	

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da carteira	31/12/2019		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Empréstimos e títulos descontados	4.170	64.185	153.790	339.252	561.397	346.265		
Financiamentos	140	9.954	28.121	79.196	117.411	70.285		
Financiamentos rurais e agroindustriais	20	30.245	153.600	79.587	263.452	166.959		
Total das operações de crédito	4.330	104.384	335.511	498.035	942.260	583.509		
Avalis e fianças honrados	60	-	-	-	60	98		
Devedores por compra de valores e bens	-	4	10	72	86	-		
Títulos e créditos a receber	-	28.604	9.838	22	38.464	25.760		
Total de outros créditos	60	28.608	9.848	94	38.610	25.858		
Carteira total	4.390	132.992	345.359	498.129	980.870	609.367		
Total circulante					482.741	375.883		
Total não circulante					498.129	233.484		

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	38.583	271	-	-
A	0,50	414.838	195.641	2.066	978
B	1,00	391.899	295.041	3.915	2.951
C	3,00	91.784	82.533	2.751	2.476
D	10,00	21.373	18.706	2.137	1.871
E	30,00	6.951	5.528	2.085	1.658
F	50,00	2.552	2.598	1.276	1.299
G	70,00	3.284	2.859	2.299	2.001
H	100,00	9.606	6.190	9.606	6.190
Total		980.870	609.367	26.135	19.424

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 214).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 229.356 (dezembro de 2019 - R\$ 181.969) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 2.601 (dezembro de 2019 - R\$ 2.243) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da Carteira	31/12/2019		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Pessoas físicas	2.642	45.873	61.631	101.412	211.558	148.621		
Rural	20	30.245	153.600	79.588	263.453	166.959		
Industrial	152	5.358	14.486	40.868	60.864	32.143		
Comércio	834	24.364	52.874	117.593	195.665	134.889		
Outros serviços	742	27.152	62.768	158.668	249.330	126.755		
Total	4.390	132.992	345.359	498.129	980.870	609.367		
Total circulante					482.741	375.883		
Total não circulante					498.129	233.484		

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	73.984	7,54	52.820	8,67
50 devedores seguintes	121.115	12,35	85.395	14,01
100 devedores seguintes	98.009	9,99	68.811	11,29
Demais	687.762	70,12	402.341	66,03
Total	980.870	100,00	609.367	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	19.638	16.552
Constituição de provisão	30.412	21.075
Reversão de provisão	(16.083)	(13.562)
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.832)	(4.427)
Saldo final	26.135	19.638

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	34.896	69.871	63.865
Financiamentos	6.033	11.661	8.125
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.283	11.394	8.285
Outros	31	64	47
Subtotal	47.243	92.990	80.322
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.716	2.613	1.578
Total	48.959	95.603	81.900

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 24.575 (2019 - R\$ 20.270).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	38.464	25.760
Rendas a receber	2.443	1.704
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	86	-
Créditos específicos	-	214
Avalias e fianças honrados (Nota 07)	60	98
Operações com cartões	914	407
Devedores por depósitos em garantia	253	168
Total	42.220	28.351
Total circulante	42.127	28.348
Total não circulante	93	3

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.261	2.130
Adiantamentos e antecipações salariais	177	62
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	888	1.064
Adiantamentos para Confederação Sicredi	651	696
Impostos e contribuições a compensar	92	37
Cotas de consórcio	37	278
Liquidações vinculadas a bem não de uso	198	-
Compensações a regularizar	180	14
Pendências a regularizar	69	61
Outros	185	50
Total circulante	3.738	4.392

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	1.213	2.122
Imóveis	1.213	2.078
Veículos e afins	-	44
Despesas antecipadas	131	91
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(83)	(83)
Total circulante	1.261	2.130

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(83)	(181)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	-	98
Saldo final	(83)	(83)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.158	8.317
Sicredi Participações S.A.	9.300	6.909
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	18.460	15.228

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	3.019.467 ON	2.596.046 ON	2	2	9.157.764	8.317.325
Percentual de participação	6.280.823 PN	5.398.695 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	9.300	6.909	2	2	9.158	8.317

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxes anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	55.414	(10.269)	45.145	27.091	
Imobilizações em curso	-	29.303	-	29.303	14.006	
Terrenos	-	4.389	-	4.389	3.489	
Edificações	4%	7	(2)	5	4	
Instalações	10%	2.687	(1.390)	1.297	1.277	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.311	(2.058)	3.253	2.395	
Móveis e equipamentos	10%	5.273	(2.297)	2.976	2.627	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.483	(424)	1.059	861	
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.375	(3.691)	2.684	2.239	
Veículos	20%	586	(407)	179	193	
Intangível		10.474	(6.612)	3.862	4.198	
Investimentos Confederação		10.450	(6.607)	3.843	4.177	
Outros ativos intangíveis		24	(5)	19	21	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	284.780	-	-	284.780	141.367
Depósitos interfinanceiros	-	41.374	6.026	47.400	5.879
Depósitos a prazo	11.137	23.515	662.390	697.042	444.379
Total	295.917	64.889	668.416	1.029.222	591.625
Total circulante				360.806	199.389
Total não circulante				668.416	392.236

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	300.886	178.838
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	2
Total	300.886	178.840

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	31.830	156.070	112.986	300.886	178.838
Total - Recursos do Crédito Rural	31.830	156.070	112.986	300.886	178.838
Total circulante				187.900	138.216
Total não circulante				112.986	40.621

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 27/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	216	684	1.353	2.253	-
Total	216	684	1.353	2.253	-
Total circulante			900		-
Total não circulante			1.353		-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 06/10/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.601	2.243
Recursos em trânsito de terceiros	2.386	2.150
Total circulante	4.987	4.393

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	260	296
Cível	Provável	180	176
Total circulante		440	472

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	296	13	(49)	260
Cível	176	145	(141)	180
Total	472	158	(190)	440

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 80; R\$ 436 e R\$ 97 (dezembro de 2019 - R\$ 7, R\$ 493 e R\$ 97), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	38.181	25.147
Provisão para pagamentos a efetuar	3.164	2.797
Cotas de capital a pagar	3.780	2.853
Provisão para participações nos lucros	4.042	3.442
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.711	4.084
Demais fundos constituídos	1.611	1.152
Impostos e contribuições a recolher	2.645	2.636
Credores diversos	4.351	3.175
Cobrança e arrecadação de tributos	1	132
Pendências a regularizar	267	79
Total Circulante	62.753	45.497

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	61.086	56.741
Total de associados	56.407	50.131

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 4.345 (2019 – R\$4.615), sendo R\$ 3.786 (2019 – R\$ 4.227) via integralização de resultados e R\$ 3.368 (2019 – R\$ 2.689), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.809 (2019 – R\$ 2.301).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,7% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.584, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para o cumprimento de encargo em razão de recursos recebidos da SFG prevista até 2027;
- 2% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	35.304	31.672
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(14.122)	(12.669)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	11.446	9.463
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	634	1.056
Demais adições e exclusões previstas na legislação	116	52
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.926)	(2.098)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	35.881	80.746
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	343.216	178.440
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	183.223	71.780
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.103	1.512
Outros ativos (Nota 09)	651	718
Investimentos (Nota 10)	18.460	15.228
Intangível (Nota 11)	3.843	4.177
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	47.400	5.879
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	300.886	178.838
Outros passivos (Nota 17)	36.187	24.711
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	8.750	8.055
Ingressos e receitas de prestação de serviços	14.080	12.488
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	3.236	12.216
Receita não operacional - Doação SFG	-	29
Despesas		
Operações de captação no mercado	410	331
Operações de empréstimos e repasses	10.008	6.804
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	954	2.069
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	8.557	8.374

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	114	0,04%	211
Depósitos a prazo	495	0,07%	518
Operações de crédito	4.748	0,50%	3.876

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.591	2.626

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	9.844	19.137	18.070
Benefícios	2.984	5.675	4.853
Encargos sociais	3.885	7.097	6.564
Treinamentos	64	113	149
Total	16.777	32.022	29.636

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	337	767	711
Aluguéis	2.296	4.395	3.510
Comunicação	590	1.182	1.553
Manutenção e conservação	993	1.967	1.986
Material de expediente	256	499	419
Processamento dados	426	786	590
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.613	2.559	1.821
Serviços do sistema financeiro	1.680	3.178	2.791
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.078	3.350	1.649
Serviços de vigilância e segurança	1.281	2.467	2.161
Serviços de transportes	410	1.049	1.482
Depreciação	1.163	2.188	1.835
Amortização (Rateio Confederação)	755	1.325	1.064
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	343	920	821
Outras despesas administrativas	1.427	2.908	2.995
Total	15.648	29.540	25.388

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES e demais fundos constituídos	375	1.182	821
Recuperação de encargos e despesas	341	554	777
Ingressos depósitos intercooperativos	1.480	2.834	11.841
Reversão de provisões operacionais	1.467	2.578	2.233
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	673	1.092	853
Reversão de provisões para passivos contingentes	96	190	75
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	654	654	-
Outras rendas operacionais	488	726	262
Total	5.574	9.810	16.862

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	848	1.266	1.316
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	178	508	628
Contribuição Confederação Sicredi	3.940	7.306	6.706
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	400	712	648
Encargos da administração financeira	1	2	67
Repasse Administradora de Cartões	-	110	270
Provisões para garantias financeiras prestadas	894	1.451	1.125
Provisões para passivos contingentes	84	158	147
Outras provisões operacionais	1.149	2.168	2.003
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.848	2.776	1.367
Risco operacional	192	337	455
Juros e comissões	57	84	15
Outras despesas operacionais	324	579	275
Total	9.986	17.600	15.153

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	19.458	33.378	29.574
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	19.458	33.378	29.574

NOTA 26 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	229.349	181.956
Coobrigações em cessões de crédito	7	13
Total	229.356	181.969

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	192.265	163.291
Nível I (NI)	192.265	163.291
Capital principal - CP	192.265	163.291
Capital social	61.086	56.741
Reservas de capital	127.543	103.996
Lucros acumulados	7.498	6.752
Ajustes Prudenciais	(3.862)	(4.198)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.172.798	839.462
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	224	871
Margem de Capital	83.557	74.276
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,39%	19,45%
Situação de Imobilização (Imob)	45.147	27.093
Índice de Imobilização (Imob / PR)	23,48%	16,59%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Cristiano Piano
Diretor Executivo
CPF: 650.729.950-20

Lúcia Maria Dos Santos Magnan
Diretora de Operações
CPF: 285.840.150-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Marau / Rio Grande do Sul, 08 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Betania Martelli Soccol
Conselheiro

Nelso Vedana
Conselheiro

Neri Muller
Conselheiro